



WORKSHOP

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA AMAZÔNIA LEGAL



Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

SUPERINTENDENTE DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM
Paulo Roberto Galvão Rocha

DIRETOR DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Aharon Alcolumbre

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS
Jorgiene dos Santos Oliveira

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
Aline Dias Rossy

DIRETOR DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
Wilson Luiz Alves Ferreira



O Workshop Arranjos Produtivos Locais na Amazonia Legal: Desafios e Estrategias para o Desenvolvimento Sustentavel, realizado no dia 3 de dezembro de 2024, no auditório da Superintendencia do Desenvolvimento da Amazonia (Sudam), em Belem, marcou um importante momento de discussao sobre os desafios e soluções para os setores produtivos da região. Este evento, organizado em parceria entre a Sudam, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), teve como objetivo coletar subsídios para a formulação de estratégias de fomento aos APLs da região.

Um Encontro Transformador: Construindo o Futuro Sustentável da Amazônia

A mesa de abertura reuniu representantes de instituições regionais e nacionais. Tiago Araujo, da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR), destacou a necessidade de governança integrada e a construção coletiva de soluções para a Amazonia, apontando o ano de 2025 como um marco para concretizar mudanças estruturais. Em sua fala, Mauro Rodrigues Bastos, representante do Consórcio da Amazonia Legal, enfatizou a união de esforços estaduais como ferramenta essencial para o crescimento dos APLs. Camilo Capiberibe, da ANATER trouxe uma análise histórica sobre a assistencia técnica no Brasil, evidenciando o papel da ANATER na superação dos desafios enfrentados pela agricultura familiar. Ele ressaltou que a regularização fundiária e ambiental, além da ampliação da assistência técnica, são gargalos significativos a serem enfrentados.

Celso Botelho, representando a FAEPA e o SENAR, abordou a importância do dialogo sobre os APLs e

sua conexão com debates globais, como os da COP 30, que ocorrera em Belém. Josiel Alcolumbre, do Sebrae Amapá, reforçou a urgência de encontrar soluções econômicas que valorizem a biodiversidade amazônica sem negligenciar as necessidades da população local. Ele criticou a romantização da Amazônia no cenário internacional, afirmando que a floresta em pé deve gerar oportunidades econômicas reais para os amazônidas.

Por fim, Igor Costa, da SUFRAMA, ressaltou a importância da colaboração entre as autarquias para desenvolver a Amazônia Legal, enquanto Esmar Prado, do Banco da Amazônia, elogiou a triade Sudam-SUFRAMA-Basa como agente transformador na região através do incentivo a ciência, tecnologia e inovação. Walkymário Lemos, da Embrapa Amazônia Oriental, encerrou destacando a necessidade de consolidar ecossistemas de inovação e a importância de dar protagonismo aos amazônidas, transformando-os em atores ativos no desenvolvimento regional.

PDCTIA: O Ponto de Virada para Ciência, Inovação e Desenvolvimento na Amazônia Legal



Taciane Almeida de Oliveira

Durante o Workshop, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) lançou oficialmente o Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA), um marco estratégico para o período de 2024 a 2027. A apresentação foi conduzida pela Taciane Almeida de Oliveira, coordenadora de Apoio à Inovação da Sudam, que destacou o papel do programa como força motriz para reduzir desigualdades socioeconômicas na região.

Em sua introdução, Taciane ressaltou que o PDCTIA foi elaborado com base em uma construção colaborativa, envolvendo a Sudam, PNUD e diversos atores regionais. Segundo ela, o objetivo principal do programa é posicionar a Sudam como um órgão de desenvolvimento regional comprometido com o fortalecimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação, alinhado à missão institucional de promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal.

A apresentação abordou a estrutura do programa, que inclui seis eixos temáticos: pesquisa, inovação, recursos humanos, infraestrutura, fomento e integração social.

Taciane destacou que cada eixo foi pensado a partir de uma análise de problemas e potencialidades regionais, com ações específicas que buscam impulsionar o desenvolvimento produtivo, socioeconômico, ambiental e tecnológico. Ela enfatizou que o programa já possui estratégias de governança e gestão estabelecidas, incluindo a criação de um comitê técnico dentro do Conselho Deliberativo da Sudam.

Outro ponto de destaque foi a relação do PDCTIA com a Agenda 2030, com a inclusão de metas específicas para atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Taciane apresentou como exemplo a parceria com a Embrapa para desenvolver tecnologias sociais, como o protótipo de uma máquina para quebrar frutos de bacuri, que está em fase de difusão. Ela também destacou a importância de promover ações voltadas para públicos vulneráveis, como comunidades tradicionais, agroextrativistas e pequenos produtores.

Encerrando sua fala, Almeida reforçou a importância de construir o PDCTIA de forma dinâmica, permitindo atualizações anuais e incorporando novos atores e ações. Ela concluiu afirmando que o programa visa fortalecer a ciência, a tecnologia e a inovação na Amazônia Legal como pilares para a geração de renda, melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades socioeconômicas na região.

Para finalizar a apresentação do programa PDCTIA, foi exibido um vídeo institucional com uma visão detalhada dos objetivos e impactos esperados do programa para a região da Amazônia Legal. O vídeo narrado de forma clara mostrou a importância estratégica do PDCTIA para o desenvolvimento sustentável da região nos próximos quatro anos.

O objetivo principal do programa, conforme descrito no vídeo, é utilizar a pesquisa,



o desenvolvimento tecnológico e a inovação como ferramentas essenciais para reduzir as desigualdades socioeconômicas na Amazônia Legal. A proposta do PDCTIA e impulsionar a formação profissional e técnica, além de ampliar a infraestrutura necessária para o avanço da ciência e da tecnologia na região.

Alem disso, o programa se propõe a apoiar instituições de ciência e tecnologia, com foco em atender povos originários, mulheres, comunidades tradicionais, pequenos e médios produtores, agricultores familiares e agroextrativistas, buscam beneficiar as populações mais vulneráveis da região. A Sudam será a responsável pela coordenação do programa, mas contará com a colaboração de diversos parceiros para implementar e monitorar as ações, **objetiva** uma execução eficiente e alinhada com as necessidades locais.

A mensagem final do vídeo reforçou que "o futuro da Amazônia está sendo construído agora", chamando todos a se envolver e acompanhar os progressos do programa.

Para expressar agradecimento pela participação de todos, foi chamado ao púlpito o diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Sudam, Aharon Alcolumbre. Em sua fala, Aharon iniciou expressando sua gratidão pela presença dos participantes e destacou a

importância do evento, que marca o lançamento do Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA) e a apresentação das bases para construção de um próximo programa (Estratégias de Fomento a APLs). Ele ressaltou que ambos têm um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável da região, com foco em gerar impactos positivos por meio de uma construção coletiva.

O diretor cumprimentou os integrantes da mesa de abertura, que reunia representantes de instituições e entidades essenciais para o sucesso dos programas, como bancos, Embrapa, SUFRAMA, Sebrae, além de outros órgãos governamentais e de pesquisa. Aharon destacou a proposta inovadora do evento, que visa inverter o modelo tradicional de elaboração de programas. Em vez de serem concebidos em gabinetes e depois apresentados a sociedade, os programas foram planejados de forma participativa, permitindo que os próprios atores locais contribuíssem para o seu desenvolvimento. Ele mencionou ainda que, ao final do evento, seria realizada uma pesquisa para garantir que os programas estivessem alinhados as necessidades e expectativas dos envolvidos





“Imagino que a Embrapa possa e deva ser, na verdade, esse elo de ligação entre a ciência que é gerada para a agropecuária amazônica e a SUDAM, que tem sido orientador de decisões de políticas públicas. Então, a gente gostaria de contribuir com um olhar estratégico, fomentando pesquisa, desenvolvimento e inovação.”

Walkymário Lemos

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Walkymário, representante da EMBRAPA, classificou o evento organizado pela SUDAM como uma iniciativa estratégica para mobilizar instituições e setores diversos em prol do desenvolvimento da Amazônia. Ele destacou a importância de superar vulnerabilidades tecnológicas e sociais por meio de organização e governança das instituições locais.

Ele apontou como desafios principais para o desenvolvimento de cadeias produtivas na bioeconomia amazônica a necessidade de fortalecer o ecossistema de inovação, investir em pesquisa e gerar conhecimento para transformar a riqueza biológica em riqueza econômica.

Quanto a contribuição da EMBRAPA, Walkymário destacou o papel da instituição como elo entre ciência e políticas públicas, promovendo inovações tecnológicas e processos agropecuários. Ele reforçou que a programação da EMBRAPA é construída com base nas demandas reais da sociedade, buscando solucionar gargalos tecnológicos nas cadeias produtivas. Ele também elogiou a lógica das rotas do desenvolvimento sustentável, que reúne instituições complementares para promover avanços.



Trilhando Novos Caminhos para a Amazônia Produtiva

Após a abertura e o lançamento do PDCTIA, ocorreu um coffee break, onde o público pôde degustar petiscos regionais e visitar uma feira anexa ao evento. Na feira, os participantes puderam conhecer, experimentar e adquirir produtos variados, como açaí, licores, sucos naturais, óleos essenciais e acessórios, todos produzidos por empreendedores locais. Expositores, como Amazonique, Jambu



Sinimbu, Cooperativa de Irituia, Fort Pará, Da TribU e Bio Açai, mostraram a diversidade de produtos da região, destacando o potencial dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) para impulsionar a economia local de forma sustentável e promover a valorização dos recursos da Amazônia.



O Workshop apresentou uma programação rica em painéis de discussão, onde temas como o potencial das APLs, fomento, integração, inovação, competitividade e estudos de caso de APLs na Amazônia Legal foram amplamente debatidos. Representantes do setor público e privado participaram ativamente, aprofundando-se nas discussões e explorando desafios e soluções para impulsionar os APLs na região da Amazônia Legal.

Mesa 1

Explorando o Potencial da Amazônia: A Sustentabilidade em Foco

A 1ª Mesa do Workshop: Arranjos Produtivos Locais (APL) na Amazônia Legal trouxe discussões e detalhadas sobre o tema "**Amazônia Sustentável: O Potencial dos APLs**". Moderada por Mauro Rodrigues Bastos, diretor de Energia da SEDEME/PA, a mesa foi composta por representantes de diferentes estados e instituições com expertise e vivência na promoção dos APLs.

Darlann Wesley, superintendente de pesquisa e geoprocessamento da SAGRIMA, representando o estado do Maranhão, iniciou a mesa destacando que o Maranhão, apesar de muitas vezes ser associado a região Nordeste, tem 70% de seu território inserido no bioma amazônico. Essa característica confere ao estado uma posição estratégica na implementação de políticas e projetos voltados a Amazônia.



Ele detalhou as principais cadeias produtivas do Maranhão, como a mandioca, o arroz e o extrativismo de produtos como babaçu, buriti e açaí, enfatizando a relevância econômica e social dessas atividades. Mencionou que o estado é o maior produtor de açaí do Nordeste, destacando o papel da produção maranhense no período de entressafra do Pará. Segundo ele, a cadeia produtiva do açaí tem gerado oportunidades, mas ainda enfrenta desafios relacionados a infraestrutura e inovação tecnológica.

Além disso, Darlann apresentou o plano de fruticultura do estado, lançado recentemente, e o Plano ABC, que visa promover práticas sustentáveis e explorar o potencial do estado em atividades como a bacia leiteira e a piscicultura.

Ele concluiu ressaltando que a sustentabilidade é um eixo central nas iniciativas da SAGRIMA, destacando a importância de ações públicas e privadas em harmonia para gerar impacto positivo na economia e na preservação ambiental.

Na sequência, Fernando Mendes, da CEPLAC, fez uma análise abrangente sobre a importância do cacau como um arranjo produtivo estratégico na Amazônia. Ele destacou que o estado do Pará, caso fosse considerado um país, seria um dos maiores produtores de cacau do mundo. Fernando apresentou números impressionantes, como as 140 mil toneladas de cacau produzidas em 2023, e enfatizou que a produção paraense gera cerca de 2 bilhões de reais anuais, com potencial de atingir até 7 bilhões nos próximos anos.



Darlann Wesley

O Fundo Cacau, segundo Fernando, é um diferencial importante, sendo o único fundo estadual dedicado ao desenvolvimento da cacauicultura no Brasil. Ele também destacou a necessidade de resgatar e atualizar iniciativas históricas da Sudam para fortalecer a cadeia produtiva. Fernando concluiu enfatizando a importância de promover a identidade coletiva das regiões produtoras de cacau, destaca que a integração social, cultural e ambiental é essencial para o sucesso do arranjo produtivo.

Após as contribuições de Fernando Mendes, foi a vez de Celso Botelho, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Para (FAEPA) expor sua perspectiva sobre os desafios e soluções para os arranjos produtivos locais. Celso iniciou destacando a importância de uma assistência técnica de qualidade como fator estratégico para o desenvolvimento sustentável dos APLs. Ele argumentou que, sem assistência técnica eficaz, torna-se inviável implementar práticas sustentáveis ou obter ganhos de produtividade consistentes. Celso mencionou o programa ATeG (Assistência

Técnica e Gerencial), que atende mais de 5 mil propriedades rurais no estado do Para e promove visitas regulares às propriedades para orientar produtores sobre gestão, sustentabilidade e práticas produtivas modernas. Ele ressaltou que muitas vezes os agricultores sabem plantar e colher, mas enfrentam dificuldades na gestão financeira e na tomada de decisões estratégicas. Segundo Celso, o ATeG busca justamente suprir essas lacunas, promovendo uma abordagem integrada que envolve aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Além disso, Celso alertou para as condições precárias de logística e infraestrutura, que dificultam o trabalho de assistência técnica e o acesso aos mercados. Ele defendeu a necessidade de maiores investimentos nas EMATERs estaduais, sugerindo que parte dos recursos destinados aos programas de desenvolvimento seja direcionada para o fortalecimento dessas instituições. Celso finalizou reafirmando a importância do diálogo entre as instituições públicas e privadas para superar os gargalos estruturais e potencializar os APLs.



Fernando Mendes



Celso Botelho

Em seguida, Walkymário Lemos, da Embrapa, fez reflexão sobre o papel da pesquisa e inovação nos arranjos produtivos locais. Walkymário iniciou destacando o vasto potencial da Amazônia e a necessidade urgente de transformar esse potencial em práticas concretas. Segundo ele, "a bioeconomia precisa sair do discurso e se transformar em produtos". Para isso, é fundamental reduzir o distanciamento tecnológico que ainda existe em muitas cadeias produtivas da região.

Walkymário ressaltou que um dos maiores desafios enfrentados pelos APLs é o baixo valor agregado aos produtos amazônicos e a fragilidade da gestão cooperativa. Ele mencionou que a lógica do cooperativismo é da governança coletiva ainda não é amplamente difundida na Amazônia, e isso compromete a competitividade dos produtos no mercado nacional e internacional. Apesar dessas dificuldades, Walkymário destacou iniciativas promissoras, como as rotas estratégicas lideradas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que promovem inclusão socioprodutiva em áreas de produção de cacau, açaí e biodiversidade.

Ele também destacou que a Embrapa participa ativamente de várias dessas rotas,

contribuindo com pesquisa, inovação e capacitação técnica. Segundo Walkymário, a instituição tem um papel estratégico não apenas na geração de conhecimento, mas também no alinhamento das políticas públicas com as necessidades locais. Ele finalizou sua fala com uma mensagem enfática: "Sozinhos podemos chegar mais rápido, mas juntos chegamos mais longe, com muito mais eficiência e impacto."

Encerrando as apresentações, Tiago Araújo,



Walkymário Lemos

da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, destacou o compromisso do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) com a promoção dos arranjos produtivos locais na Amazônia. Tiago iniciou sua fala enfatizando a necessidade de uma governança sólida como base para o sucesso dos APLs. Ele mencionou que iniciativas como as rotas de integração nacional tern sido estratégicas para consolidar cadeias produtivas e promover a sustentabilidade.

Segundo Tiago, o programa Desenvolve Amazônia, que está prestes a ser lançado, é um exemplo do comprometimento do governo com a região. Ele explicou que esse programa, fruto de uma colaboração entre 18 ministérios, visa estruturar ações integradas para potencializar o desenvolvimento da Amazônia por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. O programa, segundo ele, busca não apenas agregar valor as cadeias produtivas existentes, como cacau, pescado e açaí, mas também criar oportunidades reais para as populações locais.

Tiago também mencionou o trabalho do MIDR em parceria com instituições como o Banco da Amazônia, Sebrae e Embrapa, ressaltando que a articulação com parceiros locais é fundamental para alcançar resultados concretos.

Ele reforçou que um dos focos principais das ações do ministério é garantir que os produtos da Amazônia sejam valorizados e inseridos em mercados globais, sem perder de vista a sustentabilidade ambiental e social. "A Amazônia

precisa ser protagonista em sua própria transformação, e estamos aqui para apoiar essa jornada", afirmou.

Após as apresentações dos participantes, o moderador abriu o espaço para perguntas do público, que enriqueceram ainda mais o debate. Uma das questões levantadas foi sobre como os APLs podem fortalecer cadeias de valor sustentáveis para produtos amazônicos. Walkymário Lemos destacou que a governança é o ponto central para essa transformação. Ele argumentou que, sem uma organização sólida e uma visão estratégica compartilhada, os produtos da sociobiodiversidade não conseguem competir com os modelos tradicionais de negócios.

Outra pergunta relevante abordou os benefícios dos mercados de crédito de carbono para os APLs. Fernando Mendes, da CEPLAC, explicou que a organização tem desenvolvido, em parceria com instituições acadêmicas, equações alométricas para mensurar o carbono em sistemas agroflorestais. Ele destacou que, no caso do cacau, essa base científica já está pronta para algumas regiões do Pará e deve ser expandida em 2025. Segundo Fernando, esses dados permitirão que os arranjos produtivos negociem seus ativos de carbono, gerando uma nova fonte de receita sustentável.

O debate foi encerrado com uma síntese feita pelo moderador, que ressaltou os principais pontos discutidos durante a mesa. Ele destacou que os desafios apresentados, como a fragilidade da infraestrutura e a baixa agregação de valor dos produtos, só podem ser superados com a colaboração entre instituições e atores locais. Por fim, a 1ª mesa reafirmou a importância de integrar ações públicas e privadas, promover a governança coletiva e investir em ciência e tecnologia como pilares para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.



Tiago Araújo



“Primeiro, a gente tem que reconhecer quais são esses produtos com potencial, mas com potencial que tem escala. Há, de fato, esses produtos da bioeconomia. E aí eu posso dizer tranquilamente que a governança é uma ação estratégica dentro das Rotas de Integração Nacional, onde a gente agrega todos esses parceiros estratégicos, imbuindo a cada um também responsabilidades. Mas o grande desafio, de fato, é levar esse nome da bioeconomia amazônica para o resto do mundo. Mas a gente consegue via governança.”

Tiago Araújo

Coordenador-Geral de Sistemas Produtivos Inovadores do MIDR

Tiago, representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), participou do evento na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e destacou a relevância do encontro para a construção de políticas públicas voltadas ao fomento dos arranjos produtivos locais. Ele enfatizou que o evento reúne diversos atores estratégicos para a promoção de cadeias produtivas na Amazônia, proporcionando resultados expressivos e encaminhamentos efetivos.

Segundo Tiago, o principal desafio para o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas à bioeconomia na Amazônia é a necessidade de

reconhecimento de produtos com potencial em escala, além de promover a governança como ação estratégica.

Ao ser questionado sobre a contribuição do MIDR na formulação de programas em parceria com a SUDAM, Tiago ressaltou a importância do Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA), que prioriza a sustentabilidade e inovação nas cadeias produtivas regionais. Ele também destacou o impacto transformador do Programa Rotas de Integração Nacional, mencionando casos de sucesso em diversas cadeias produtivas, como açaí, cacau e mel.





“Além disso, é preciso que as cadeias entendam que são atores diferenciados. Precisam entender que têm que se desenvolver para um ponto onde não são só uma região que produz, mas uma região economicamente ativa. Ter um desenvolvimento de empreender, de entender mercado para poder acessar muito mas do que além de produzir. Ou seja precisa ter um dinamismo de entender que é muito mas do que só um local de produção. Precisa entender todo o aspecto econômico e se apoderar desse conhecimento”

Igor Bahia Costa

Coordenador-Geral de Desenvolvimento Regional da SUFRAMA

Igor, representante da SUFRAMA, falou sobre a importância do evento como um espaço para reunir diversos atores da Amazônia Legal, sejam federais ou estaduais, a fim de discutir formas de apoio aos APLs na região. Segundo ele, a articulação entre os órgãos federais é fundamental para alinhar iniciativas de fomento e para fortalecer as cadeias produtivas locais.

Ele salientou que um dos principais desafios é promover o entendimento, por parte das cadeias produtivas, de que elas não são apenas produtores locais, mas também atores econômicos com potencial de inserção no mercado global. Segundo Igor, é essencial que essas cadeias compreendam o dinamismo do mercado e se posicionem de forma competitiva, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Em termos de contribuição da SUFRAMA para a formulação de programas junto a SUDAM, Igor mencionou a existência de um acordo de cooperação entre as duas autarquias. Ele destacou que a SUFRAMA está alinhada para fortalecer a bioeconomia através de áreas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, utilizando os recursos disponíveis para promover avanços tecnológicos na região.



Mesa 2

Fomento ao Desenvolvimento: Conectando APLs e Inclusão Regional

A 2ª mesa do workshop abordou o tema "APL's: Fomento ao Desenvolvimento Regional na Amazonia" e contou com a moderação de Túlio Barata, coordenador geral de Fundos e de Desenvolvimento Financiamento da Sudam. Participaram como palestrantes Esmar Prado (Banco da Amazônia), João Paulo de Assis Valadares (Banco do Brasil) e André Raposo (Caixa Econômica Federal).



Túlio Barata iniciou a sessão destacando a relevância dos fundos constitucionais e de desenvolvimento da Amazônia administrados pela Sudam, além dos incentivos fiscais administrados pela instituição. Ele apresentou os objetivos da mesa, que incluíam debates sobre identificação e mapeamento de APLs, parcerias estratégicas, apoio financeiro e técnico, sustentabilidade ambiental, educação e capacitação. Túlio frisou que o alinhamento entre instituições financeiras, agentes públicos e sociedade civil é essencial para garantir o alcance de políticas públicas.

Esmar Prado, do Banco da Amazônia, abriu as exposições enfatizando a importância de mapear e identificar os APLs de forma colaborativa, envolvendo tanto os agentes institucionais quanto a sociedade civil organizada. Segundo ele, "ninguém possui maior legitimidade e conhecimento de causa do que as próprias comunidades locais para apontar os principais pilares de atuação". Ele destacou as

parcerias estratégicas como fundamentais, mencionando instituições como a Embrapa, o Sebrae e o Senar, que desempenham papéis importantes na assistência técnica e na elaboração de projetos.

Esmar abordou também o apoio financeiro, afirmando que o crédito deve estar acompanhado de suporte técnico para ser eficaz. Ele citou o convênio com o Senar e a participação de atores como a EMATER, que contribuem para estruturar as cadeias produtivas e assegurar o sucesso das operações de crédito. Em relação aos incentivos fiscais, destacou a necessidade de maior disseminação de informações sobre os benefícios disponíveis para empresas e produtores da Amazonia Legal. Ele apontou que muitas vezes o público desconhece as vantagens competitivas regionais, o que limita o aproveitamento pleno dessas ferramentas.

Por fim, Esmar reforçou que a sustentabilidade ambiental é um pilar inegociável, principalmente para instituições bancárias, e destacou que sem ela não há possibilidade de financiamento.

Após a fala de Esmar, Túlia Barata complementou destacando o trabalho conjunto da Sudam com o Banco da Amazônia, mencionando iniciativas como a programação financeira do FNO e o portal de investimentos que visa ampliar o acesso aos incentivos fiscais.

Após as contribuições de Esmar Prado, foi a vez de João Paulo de Assis Valadares, do Banco do Brasil, apresentar as estratégias da instituição no contexto dos APLs e da bioeconomia. João Paulo iniciou destacando a relevância do tema ASG (ambiental, social e de governança) para o Banco do



Brasil, que foi eleito o banco mais sustentável do mundo por cinco anos consecutivos. Ele informou que o banco possui uma diretoria dedicada a temática, com uma carteira de crédito que representa 33% do total de suas operações, cerca de 358 bilhões de reais.

João Paulo destacou que o Banco do Brasil, por meio de um estudo denominado Amazônia 2030, identificou cinco áreas prioritárias para atuação na região: bioeconomia florestal e pesca artesanal, restauração florestal e sistemas agroflorestais, geração de energia renovável, agricultura de baixo carbono e infraestrutura e conectividade. Ele chamou atenção para o potencial econômico dessas áreas, mencionando que o

mercado global de produtos de bioeconomia movimentava cerca de 176 bilhões de dólares, enquanto a participação da Amazônia brasileira é de apenas 298 milhões de dólares, representando menos de 1% do total.

Ele enfatizou o compromisso do banco com o fomento à bioeconomia e destacou ações como o estabelecimento de hubs financeiros em Belém e Manaus, voltados para facilitar o acesso ao crédito e a bancarização de produtores locais. O banco também tem ampliado parcerias estratégicas, como o acordo com a Natura, que oferece suporte financeiro a pequenos produtores que fornecem matéria-prima à empresa. João Paulo ressaltou ainda a importância da cooperação internacional, mencionando acordos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, que já resultaram na captação de recursos significativos para fomentar linhas de crédito na região.

Em sua fala, João Paulo também abordou iniciativas práticas, como o financiamento de cooperativas e a visita de equipes do banco a comunidades ribeirinhas no Pará e Amazonas para entender as necessidades locais. Ele concluiu destacando o impacto do hub financeiro do Banco do





Brasil, que já movimentou 1,5 bilhão de reais e beneficiou mais de 56 mil pessoas na Amazônia.

O moderador, Túlio Barata, complementou agradecendo a contribuição do Banco do Brasil e reforçou que a diversificação de recursos para pequenos e médios produtores é uma prioridade para as instituições que atuam na região. André Raposo, da Caixa Econômica Federal, foi o último palestrante da mesa. Ele iniciou sua fala enfatizando o alcance da Caixa na Amazônia, destacando os desafios logísticos da região, onde 50% dos municípios dependem exclusivamente dos rios para escoamento da produção. André mencionou que a Caixa paga cerca de 2 milhões de benefícios sociais na região, movimentando mais de 1,4 bilhão de reais por mês.

Ele apresentou iniciativas inovadoras da Caixa, como as agências-barco, que permitem o atendimento de comunidades ribeirinhas em localidades de difícil acesso. Além disso, destacou a criação de modalidades de crédito que dispensam a necessidade de presença física nas agências, facilitando o acesso ao financiamento para pequenos empreendedores e pescadores artesanais por meio do aplicativo Caixa Tem.

André mencionou que, em 2024, a Caixa aplicou 4,38 bilhões de reais em empréstimos na região, com foco especial em habitação e linhas de crédito agropecuárias, como o PRONAF e o PRONAMP. Ressaltou ainda, que as unidades da Caixa estão preparadas para atender produtores rurais e empreendedores, com ênfase no microcrédito para públicos vulneráveis. Além disso, a instituição firmou parcerias estratégicas, como o patrocínio de 16 milhões de reais para a cadeia do açaí no arquipélago do Marajó.



Encerrando sua fala, André reforçou o compromisso da Caixa em apoiar o desenvolvimento sustentável por meio de linhas de crédito competitivas e programas de incentivo, como o recém-lançado crédito voltado para empresas do setor de turismo, com condições especiais em preparação para a COP30.

Após as apresentações dos palestrantes, a mesa foi aberta para perguntas do público, o que proporcionou um espaço rico para discutir questões práticas relacionadas aos APLs e ao acesso ao crédito na região amazônica. Uma das perguntas principais abordou a necessidade de linhas de crédito menos burocráticas para agricultores familiares e comunidades tradicionais, que frequentemente enfrentam dificuldades para atender as exigências documentais dos bancos.

André Raposo, da Caixa Econômica Federal, foi o primeiro a responder. Ele destacou que, embora as regras do crédito rural sejam regulamentadas pelo Manual de Crédito Rural (MCR), que define os requisitos obrigatórios, parcerias estratégicas com instituições como a FAEPA e o Senar têm ajudado a superar barreiras documentais. Ele explicou que essas parceiras oferecem assistência técnica gratuita aos produtores, auxiliando na elaboração dos documentos necessários para acessar o crédito. André mencionou que a Caixa já contratou mais de 70 milhões de reais por meio dessa abordagem em 2024 e que pretende expandir essas iniciativas em 2025. Na sequência, Esmar Prado, do Banco da Amazônia, complementou afirmando que a legislação vigente, embora necessária, muitas vezes não considera as peculiaridades da Amazônia. Ele destacou a importância de flexibilizar regras em algumas situações, como na atuação em áreas de florestas tipo B na Transamazônica, que enfrentam entraves devido a ausência de regularização fundiária. Esmar enfatizou que a participação da sociedade civil e de parlamentares é crucial para propor revisões normativas que tornem o acesso ao crédito mais viável na região. Ele também reforçou a relevância do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que já apresenta regras mais flexíveis para pequenos produtores com faturamento anual de até 360 mil reais.

João Paulo de Assis Valadares, do Banco do Brasil, trouxe a discussão o papel da tecnologia na redução da burocracia. Ele mencionou que o banco

tem investido em ferramentas digitais para facilitar o acesso ao crédito, especialmente para agricultores familiares e cooperativas. Além disso, destacou o trabalho dos hubs financeiros em Belém e Manaus, que atuam como centros especializados para atender demandas específicas da bioeconomia, promovendo a inclusão financeira de comunidades rurais e ribeirinhas.



No encerramento da mesa, o moderador, Túlio Barata, fez um balanço das discussões, destacando a convergência de esforços entre as instituições financeiras, a Sudam e os agentes técnicos para atender as necessidades dos arranjos produtivos locais. Ele reforçou que o principal desafio é garantir que as políticas públicas cheguem efetivamente a ponta, promovendo o acesso ao crédito e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Túlio concluiu agradecendo a participação de todos e ressaltou que os debates da mesa seriam incorporados às discussões mais amplas do workshop.



“O Banco da Amazônia é o principal banco de desenvolvimento da região; é quem faz a gestão do FNO, que é o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte, que traz um crédito subsidiado com taxas de juros adequadas no prazo adequado; certamente vai contribuir muito para a gente poder estar fomentando e fortalecendo os APLs da nossa região”.

Esmar Prado

Gerente de Microfinanças do Banco da Amazônia

Esmar, representante do Banco da Amazônia (BASA), enfatizou a relevância do evento organizado pela SUDAM, destacando que a iniciativa promove uma articulação essencial entre diferentes atores, como ministerios, SUFRAMA, SEBRAE e SENAR. Segundo ele, essa conjunção de esforços possibilita um alinhamento mais eficiente das ações, contribuindo significativamente para o avanço dos arranjos produtivos locais (APLs).

Em relação aos desafios enfrentados na promoção de cadeias produtivas ligadas a bioeconomia na Amazônia, Esmar ressaltou a importância da assistência técnica. Ele apontou que, devido a especificidade do público-alvo, é essencial um acompanhamento próximo durante todo o processo produtivo. Nesse contexto, a presença da ANATER no evento foi destacada como um passo positivo para avançar nesse quesito.

Esmar também enfatizou dois pilares fundamentais para a contribuição do BASA na formulação de programas voltados aos APLs. Primeiramente, o conhecimento acumulado pela instituição ao longo de 82 anos de atuação na região amazônica. Em segundo lugar, o papel do banco como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que oferece crédito subsidiado com condições atrativas para fomentar e fortalecer os APLs.





“Existem vários desafios, mas eu acho que primeiro são as questões fundiárias, outros entraves são as questões documentais, e outro ponto seria a importância dessa difusão da tecnologia”

Ernesto Suzuki

Representante da CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu)

Ernesto Suzuki, representante da CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu), destacou o papel histórico da cooperativa, que há mais de 90 anos desenvolve tecnologias inovadoras na região amazônica. Ele afirmou que o evento é uma oportunidade valiosa para disseminar informações e tecnologias já existentes, contribuindo para sistemas produtivos ambientalmente equilibrados.

Quanto aos desafios enfrentados, Suzuki mencionou questões fundiárias como um dos principais entraves para novos projetos, além da necessidade de ampliar a difusão de tecnologias. Ele ressaltou que a CAMTA já possui tecnologias consolidadas em sistemas agroflorestais, incluindo o SAF Dendê, desenvolvido em parceria com instituições como a Embrapa e a Natura.

Por fim, Suzuki destacou que a experiência acumulada pela CAMTA pode ser uma contribuição significativa para a formulação de programas pela SUDAM, oferecendo alternativas sustentáveis e produtivas para a Amazônia.



Integrar e inovar: a chave para a competitividade sustentável dos APLs



Após o intervalo do almoço, as atividades do workshop foram retomadas com a realização da terceira mesa, que trouxe como tema central a **"Integração, Inovação e Competitividade dos APLs na Amazônia Legal"**. Moderada por Taciane Oliveira, coordenadora de Inovação da Sudam, a mesa destacou discussões relacionadas a governança regional, parcerias estratégicas, sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico. O objetivo era coletar contribuições para a formulação de estratégias voltadas para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais na região amazônica.

A abertura foi realizada pela moderadora, que ressaltou a importância do tema para a consolidação do Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA). Na sequência, Liz Lacerda, representante do Fundo Vale, apresentou as principais iniciativas e impactos de atuação do fundo. Liz explicou que o Fundo Vale atua como um mecanismo de investimento corporativo voluntário, com foco em soluções de impacto

socioambiental positivo, promovendo uma economia mais sustentável e inclusiva. Desde sua criação, o fundo investiu R\$ 391 milhões em diversas iniciativas, com destaque para projetos de recuperação florestal e fortalecimento de cadeias produtivas da bioeconomia. Segundo Liz, o Fundo Vale se posiciona como um parceiro estratégico para organizações que visam estruturar negócios de impacto, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.





Dando continuidade as apresentações, Essio Lanfredi, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), destacou o papel estratégico da instituição na promoção de exportações e na atração de investimentos para empresas brasileiras. Essio enfatizou que a Apex Brasil oferece capacitação para empresas interessadas em expandir suas operações no mercado internacional, como por meio do programa PEIEX, que já beneficiou empresas em vários estados da Amazônia Legal. Ele também ressaltou iniciativas recentes realizadas pela Apex, como feiras e rodadas de negócios, que resultaram em oportunidades concretas de mercado para produtos amazônicos, como açaí, cosméticos e produtos florestais.

Igor Bahia, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), destacou o papel da autarquia na promoção do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. Igor explicou que, além dos incentivos fiscais, a SUFRAMA tem

investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação como ferramentas para fortalecer os APLs. Ele também mencionou a importância de uma abordagem integrada para atender às especificidades de cada estado da Amazônia Legal, reforçando a necessidade de parcerias estratégicas para a implementação de bioeconomia e inovação tecnológica.



Representando o Sebrae Amapá, Josiel Alcolumbre, trouxe uma abordagem prática ao apresentar exemplos inspiradores de startups e iniciativas empresariais no estado. Ele citou casos como o da Amazon BioFert, que desenvolve soluções para neutralizar emissões de carbono, e o da Iara Couro, que transforma pele de peixe em acessórios de luxo, destacando o impacto dessas empresas na economia local e intencional. Josiel reforçou a mensagem de que o Amapá, apesar de enfrentar desafios socioeconômicos significativos, possui enorme potencial para liderar iniciativas inovadoras e sustentáveis na Amazônia. de projetos



Josiel Alcolumbre

Encerrando as apresentações, Bonifácio Sena, do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), trouxe um panorama sobre a aplicação prática da inovação tecnológica na região amazônica. Ele explicou que o PCT Guamá é o único parque de ciência e tecnologia em operação na Amazônia Legal, com 13 laboratórios voltados para transformar pesquisa científica em soluções aplicadas para o setor produtivo. Bonifácio destacou projetos que já geraram impactos concretos, como a capacitação de cooperativas em cadeias produtivas de óleos essenciais, contribuindo para a redução do desmatamento e o fortalecimento da bioeconomia.

A mesa encerrou com a mediação de perguntas e respostas, onde os participantes puderam interagir com os palestrantes e apresentar demandas específicas. A primeira questão abordou os investimentos da Vale na Amazônia em 2025. Liz Lacerda informou que o Fundo Vale prevê um orçamento de R\$ 60 milhões, sendo 80% destinados à meta florestal, com foco na recuperação e proteção de até 6.000 hectares. Os investimentos também incluem apoio técnico e empreendedorismo para associações e cooperativas, com destaque para a cadeia do cacau, priorizando a sustentabilidade e a inovação

A segunda pergunta tratou dos diferenciais dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no mercado global. Essio Lanfredi destacou a biodiversidade da Amazônia como principal atrativo, aliada ao storytelling, que valoriza a história e os impactos positivos dos produtos da região, conectando-os ao consumidor internacional.

A terceira pergunta foi direcionada ao PCT Guamá e abordou um possível projeto relacionado à transformação do tamuatá em pate. Bonifácio Sena esclareceu que, embora não exista um projeto específico sobre o tamuatá, o parque trabalha com inovação aberta, conectando demandas a laboratórios e pesquisadores.

Por fim, a Apex Brasil foi questionada sobre o apoio à exportação de artesanato. Essio Lanfredi confirmou a valorização do artesão no mercado internacional, mencionando a participação na Expo Artesanias como exemplo de iniciativa para promover produtos brasileiros no exterior.

O consenso geral foi de que a integração entre diferentes atores e a inovação tecnológica são pilares essenciais para o avanço dos APLs na Amazônia Legal, fortalecendo a economia regional de maneira sustentável e inclusiva.



José Bonifácio



“Na parte do Sebrae, qualificar e preparar, fazendo plano de negócios, dando engajamento, estímulo e acompanhando pelo período mínimo de dois anos. Fazendo com que esse negócio gere frutos e que seja duradouro, trazendo dividendos para as comunidades e pessoas, gerando frutos econômicos para a região.”

Josiel Alcolumbre

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/AP

Josiel Alcolumbre, representante do SEBRAE no Amapá, realçou a importância das convergências para o fortalecimento dos APLs na Amazônia. Ele enfatizou que eventos como o workshop permitem identificar soluções regionais já existentes e aprimorá-las, promovendo o melhor uso da tecnologia para atender às necessidades locais.

Josiel apontou que o principal desafio para o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas a bioeconomia é equilibrar a preservação ambiental com a dignidade das populações locais

Quanto à contribuição do SEBRAE na formulação de programas junto à SUDAM, Josiel reforçou o papel do micro e pequeno empreendedor como principal gerador de empregos no setor privado. Ele sugeriu que o SEBRAE pode atuar na qualificação e acompanhamento desses empreendimentos, com a elaboração de planos de negócio e suporte durante os primeiros anos de operação, garantindo que os empreendimentos sejam sustentáveis e tragam benefícios econômicos para a região.





“Tem um intercâmbio de iniciativas, tem pessoas de diferentes regiões da Amazônia que estão trazendo aqui produtos, trazendo experiências. E isso faz com que essa troca de saberes e conhecimentos impulse as cadeias produtivas nos arranjos.”

Camilo Capiberibe

Diretor Administrativo e Financeiro da ANATER

Camilo, representante da ANATER, destacou a relevância do evento para impulsionar políticas públicas e fortalecer os APLs por meio do lançamento do Plano Tecnológico e do intercâmbio de saberes. Ele ressaltou que a troca de experiências entre participantes de diferentes regiões da Amazônia é fundamental para o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Ao abordar os principais desafios ligados à bioeconomia, Camilo afirmou que é crucial investir em ciência, tecnologia e inovação para agregar valor aos produtos amazônicos. Ele citou o caso do açaí, cujo maior valor agregado é explorado no exterior, como exemplo da necessidade de maior apropriação tecnológica no Brasil. Ele também enfatizou a relevância da assistência técnica e da transferência de tecnologia para o fortalecimento do setor primário e da agricultura familiar.

Sobre a contribuição da ANATER para a SUDAM, Camilo reforçou o papel da instituição na assistência técnica e na disseminação de boas práticas, propondo um estreitamento das relações entre as entidades para garantir que as ações da SUDAM cheguem efetivamente às comunidades amazônicas.



Bioeconomia em ação: casos que inspiram a transformação da Amazônia



Dando continuidade ao evento sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) na Amazônia Legal, a quarta mesa, intitulada "**Estudos de casos de APLs na Amazônia Legal: Bioeconomia de Impacto**", sucedeu às intensas discussões da mesa anterior, com um enfoque renovado em iniciativas concretas que conectam bioeconomia e desenvolvimento sustentável. A transição entre as mesas foi marcada por uma breve introdução da moderadora Juliana Carepa, da Associação dos Negócios da Sociobioeconomia da Amazônia (ASSOBIO), que contextualizou a relevância do tema e preparou o público para os relatos enriquecedores que estavam por vir.

A moderadora iniciou as atividades com uma introdução detalhada sobre o papel da ASSOBIO, destacando seu impacto significativo. A associação congrega mais de 60 pequenas e médias empresas das cadeias produtivas da Amazônia, com um faturamento agregado superior a 42 milhões de reais. Essas empresas contribuem para a conservação de 50 mil hectares de floresta, geram mais de 600 empregos diretos e beneficiam aproximadamente 87 mil pessoas. "Pequenas e médias empresas podem, sim, gerar grande impacto. Quando unidas e bem

estruturadas, elas conseguem equilibrar modelos produtivos com sustentabilidade", afirmou Carepa, enfatizando a necessidade de colaboração e programas que fortaleçam essas iniciativas.

Ana Lídia Zoni foi a primeira a apresentar sua experiência, narrando a história da Hidromel Uruçum da Amazônia. Ela descreveu como sua ideia surgiu da observação das dificuldades enfrentadas por pequenos produtores de mel na região, que muitas vezes não tinham mercado para seus produtos. Identificando essa lacuna, Ana criou uma bebida única e totalmente amazônica, combinando mel, água e levedura.



Juliana Carepa



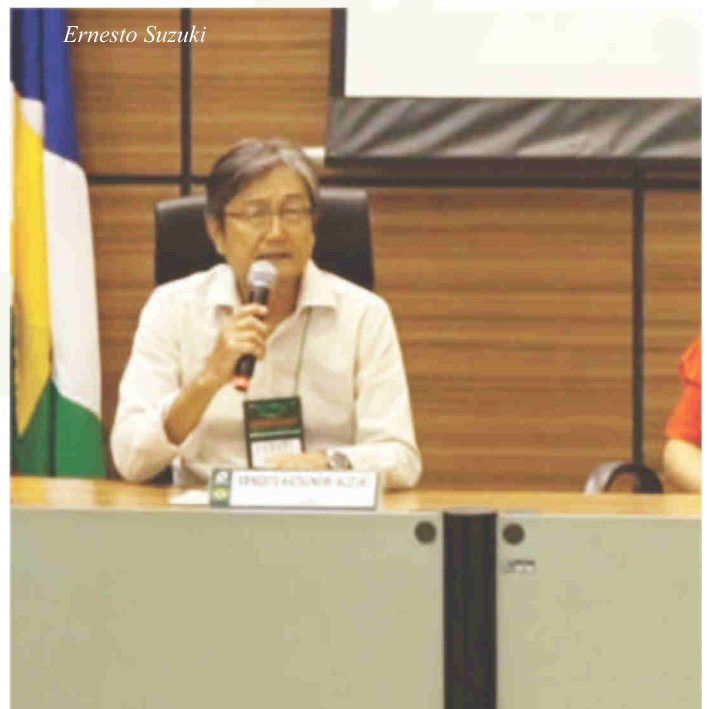
Ana Lídia Zoni

Desde a sua fundação, em 2019, a iniciativa tem beneficiado mais de 100 famílias diretamente. A empresária destacou o apoio recebido de programas, como o Inova Amazônia, que viabilizaram sua participação em feiras internacionais, como uma importante exposição na Alemanha. Durante sua fala, Ana também sublinhou o valor do mel de abelhas nativas sem ferrão, reforçando a necessidade de resgatar conhecimentos tradicionais e fortalecer as comunidades locais. "Nosso desafio maior é expandir essa cadeia produtiva e consolidar a meliponicultura como uma alternativa sustentável e economicamente viável", declarou.

Ernesto Suzuki, representando a Cooperativa Agrícola Mista de Tome-Açu (CAMTA), compartilhou a longa trajetória de sua organização, que remonta à imigração japonesa na região, em 1929. Com mais de 90 anos de experiência, a CAMTA se tomou uma referência em sistemas agroflorestais, combinando mais de 200 espécies vegetais em suas plantações. Suzuki destacou a produção de polpas de frutas tropicais, cacau, pimenta-do-reino e óleos vegetais, produtos que são exportados para mercados exigentes como Japão, Europa e Estados Unidos. O cacau fermentado, por exemplo, recebeu o selo de indicação geográfica e é usado em chocolates premium no Japão. Ele também abordou a inovação trazida pelo projeto SAF Dendê,

desenvolvido em parceria com a Embrapa e outros atores. "Apesar de nossos avanços, enfrentamos desafios como a necessidade de maior verticalização e os custos elevados para transporte de polpas congeladas", afirmou Suzuki, reforçando o compromisso da cooperativa com a sustentabilidade

Maurício Façanha, fundador do restaurante Ver-o-Açaí, trouxe uma perspectiva que conecta gastronomia, cultura e empreendedorismo. Ele explicou como sua experiência em outros estados o fez perceber a falta de valorização da riqueza produtiva e cultural da Amazônia. Motivado pelo desejo de resgatar o orgulho amazônico, Maurício criou um restaurante que não apenas oferece pratos regionais, mas também educa clientes e colaboradores sobre a cultura local. "Queríamos que as pessoas tivessem orgulho de estar no restaurante, de consumir produtos que têm história e impacto social", afirmou. Ele destacou os desafios para profissionalizar pequenos fornecedores, que muitas



Ernesto Suzuki

vezes carecem de estrutura e planejamento. Para ele, a logística e a falta de apoio institucional ainda são entraves significativos. "Se conseguirmos educar a base produtiva e melhorar a infraestrutura, poderemos transformar ainda mais a economia local", concluiu.



Paulo Araújo, da Amazonique, encerrou as apresentações com a história de sua empresa de sucos regionais, que busca aliar qualidade e sustentabilidade. Desde sua criação, a Amazonique tem investido em parcerias com cooperativas e pequenos produtores, garantindo insumos de alta qualidade. Paulo ressaltou que a logística permanece um grande obstáculo, dificultando o acesso a mercados mais amplos e encarecendo as operações. Ele também destacou a dificuldade de acesso a linhas de crédito compatíveis com as necessidades das pequenas empresas. "Muitas vezes, as condições de financiamento não atendem à realidade das PMEs. Precisamos de alternativas mais flexíveis para crescer", afirmou.

A discussão ganhou novos contornos ao final da mesa, com a participação ativa do público por meio de perguntas direcionadas aos palestrantes. Uma das questões levantadas foi sobre o reaproveitamento de subprodutos nas cadeias produtivas. Ernesto Suzuki detalhou as práticas da CAMTA, explicando que sementes, polpas e outros resíduos são reaproveitados em compostagem e para produção de insumos como manteigas e óleos. Ana Lidia Zoni trouxe uma perspectiva complementar, destacando o papel das abelhas nativas na polinização e na preservação da biodiversidade.

Maurício Façanha compartilhou uma experiência pessoal sobre o reaproveitamento de restos de alimentos em seu restaurante, que são enviados para produção de ração animal, mas também manifestou preocupações com a destinação de garrafas e outros materiais recicláveis.

Em um momento de reflexão coletiva, os palestrantes também discutiram soluções para superar os desafios logísticos e de financiamento. Paulo Araújo sugeriu maior integração entre empreendedores para otimizar compras e negociar melhores condições com fornecedores, ressaltando que ações colaborativas poderiam reduzir custos e ampliar a competitividade. Maurício Façanha



complementou a ideia, destacando a necessidade de capacitação técnica para pequenos produtores, além de propor parcerias com entidades financeiras que compreendam a realidade amazônica.

O encerramento da mesa contou com uma síntese das ideias apresentadas, realizada pela moderadora Juliana Carepa. Ela enfatizou que os diálogos estabeleceram um terreno fértil para soluções concretas e que o evento exemplificou o potencial transformador da bioeconomia. Ao finalizar, Carepa reforçou que a união entre os diversos atores presentes-empresendedores, pesquisadores, governos e sociedade civil - é essencial para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.



“É um evento de extrema importância, porque a gente traz todos os atores envolvidos nesse processo de APL para dentro da SUDAM e a SUDAM faz o seu papel principal, que é de articuladora. A SUDAM, como articuladora de políticas, vai juntar todos esses atores e fazer com que a sociedade receba um programa realmente construído por quem faz APL na Amazônia.”

Aharon Alcolumbre

Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da SUDAM

Aharon Alcolumbre, diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da SUDAM, destacou a importância do evento como uma ferramenta essencial para a construção de políticas públicas voltadas ao fomento de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Segundo ele, o principal papel da SUDAM é atuar como articuladora, reunindo todos os atores envolvidos, como instituições financeiras, governos, sociedade civil e empresariado, para desenvolver programas baseados na realidade e nas necessidades da Amazônia. Ele ressaltou que o evento visa romper com a produção de políticas públicas feitas em gabinetes, priorizando a escuta ativa e a participação direta dos envolvidos.



Sobre os desafios para o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas à bioeconomia na Amazônia, Aharon apontou a necessidade de uma articulação efetiva entre os atores. Ele enfatizou que o workshop representa uma oportunidade para integrar esforços e criar programas que impactem positivamente a sociedade.

Um compromisso coletivo para a Amazônia



Após a realização da última mesa temática, a diretora de Administração da Sudam, Aline Dias Rossy, foi convidada a proferir as palavras finais do evento. Em um breve discurso, Aline parabenizou todos os envolvidos pelo sucesso do evento e reiterou o compromisso da Sudam em colaborar para que os objetivos almejados fossem alcançados.

Na sequência, o apresentador agradeceu à diretora e convidou os membros da mesa para assinarem a carta compromisso do evento, simbolizando o compromisso coletivo com o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais.

A carta destacou a importância estratégica da Amazônia para o desenvolvimento sustentável, defendendo modelos econômicos que conciliam a preservação ambiental e a inclusão social. Foram apontadas a bioeconomia e o uso sustentável da biodiversidade como pilares para agregar valor as matérias-primas da região, fomentando setores como alimentos, cosméticos e biocombustíveis.

Entre as ações propostas, destacou-se a criação de um plano de trabalho coordenado pela Sudam, em parceria com o PNUD, para desenvolver estratégias de fomento aos Arranjos Produtivos Locais. O documento também reforçou o

compromisso com a transparência, a cooperação técnica e a publicação de resultados.

O ato de assinatura consolidou o evento como um marco na promoção de um futuro mais sustentável e inclusivo para a Amazônia.

Carta Compromisso





Aharon Alcolumbre, diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (DPROS) da SUDAM, também dirigiu-se aos presentes, destacando a relevância do evento como um espaço de construção coletiva, envolvendo sociedade civil, setor empresarial e diferentes níveis de governo. Ele agradeceu o empenho da equipe da DPROS e ressaltou a representatividade da participação de cinco estados da Amazônia Legal: Tocantins, Pará, Amapá, Amazonas e Maranhão.

Como uma das ações de integração, foi disponibilizado durante todo o evento um QR code com um formulário para coletar propostas e ouvir as demandas específicas das APLs. O objetivo foi garantir que o planejamento estratégico das iniciativas considerasse as contribuições diretas dos participantes, promovendo soluções que atendam às realidades e desafios da região. Este gesto simbolizou o compromisso do evento em ser construído "por amazônidas, para amazônidas", assegurando que as vozes locais fossem protagonistas no processo de decisão.

Aharon aproveitou o momento para destacar um caso de sucesso, convidando os representantes da Bio Mais Açaí, Moisés e Edilson, a compartilharem suas experiências. Em seu depoimento, Moisés enfatizou o trabalho realizado com cerca de 800

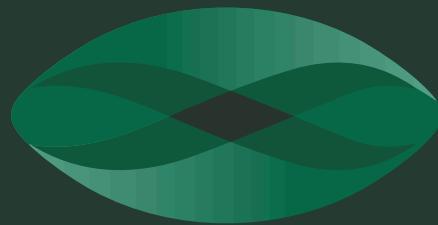
agricultores no Amapá e Pará, incluindo a produção de açaí e derivados, além da implementação de uma política de logística reversa para reciclagem de garrafas PET. Ele destacou o impacto ambiental positivo do projeto, que utiliza madeira plástica para a construção de pontes em áreas de ressaca, beneficiando comunidades locais e promovendo a



educação ambiental. Moisés encerrou agradecendo o convite e reafirmou a importância da COP 30 como uma oportunidade histórica para a Amazônia Legal. O evento foi encerrado com a tradicional foto oficial, marcando o compromisso dos participantes com as iniciativas apresentadas e o fortalecimento dos APLs. A atmosfera foi de celebração e esperança, refletindo o esforço conjunto em prol de um futuro mais sustentável e inclusivo para a Amazônia Legal.







WORKSHOP

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

